

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que eles pensam

Presidentes de partido começam a avaliar que o melhor dos mundos será mesmo um segundo turno. É que, se o PT de Lula levar no primeiro, a tendência é o partido considerar que pode prescindir de muitos apoios para governar.

O histórico preocupa

Lula não é Dilma, está longe disso, entende a política. Mas ninguém tira da cabeça que, em 2014, quando a então presidente foi reeleita, seu primeiro discurso e atitudes desconsideraram a divisão do eleitorado, à época entre PT e PSDB. Essa divisão continua, só mudaram os atores.

Imagem é tudo

A viagem de Jair Bolsonaro ao funeral da Rainha Elizabeth II vem sendo criticada pelos adversários com referências à ausência do presidente em cerimônias fúnebres de brasileiros vítimas da covid no auge da pandemia. Aliados do presidente, porém, consideram que o que vale nesta passagem por Londres é a presença entre os maiores líderes mundiais e a foto com o Rei Charles III. O resto será narrativa de um lado e de outro.

Estratégias

Candidato ao governo de São Paulo e já vendo o governador-candidato Rodrigo Garcia se aproximando na pesquisa do Datafolha, Tarcísio de Freitas (Republicanos) continuará com sua campanha colada no presidente Jair Bolsonaro. Rodrigo, porém, não faz o mesmo em relação a Simone Tebet (MDB). É que, para ultrapassar Tarcísio, Rodrigo precisará de votos de eleitores que tendem a optar por Bolsonaro.

Jogo de gente grande

Os partidos começam a prestar mais atenção na eleição para deputado federal, tanto no Ceará quanto no Maranhão, onde concorrem, respectivamente, o ex-senador Eunício Oliveira e a ex-governadora Roseana Sarney, ambos do MDB. É que tanto Roseana quanto Eunício são vistos no partido como dois nomes que têm tudo para conseguir uma vaga no Parlamento e surgirem como potenciais adversários de Arthur Lira, o atual presidente que busca a reeleição para a Câmara de olho no comando da Casa por mais dois anos.

Alguns petistas dizem em conversas reservadas que, caso Lula seja eleito

presidente, será preciso ceder a Câmara para algum aliado. No PP, os petistas têm Aguinaldo Ribeiro (PB), mas o MDB lulista “é mais parceiro” e, no partido, Roseana teria a preferência. A musa do impeachment de Fernando Collor, em 1992, e filha do ex-presidente José Sarney, que acompanhou Lula até São Paulo, quando o ex-presidente passou a faixa presidencial em 1º de janeiro de 2011, será um nome forte da articulação política para 2023. Aliás, seja quem for o futuro presidente da República, a ex-governadora é um nome a ser acompanhado de perto.



CURTIDAS



Ela conquistou os policiais/ Quem mais empolgou os delegados da Polícia Federal foi Vera Lúcia (foto), a candidata à Presidência da República pelo PSTU. Ela não só defendeu a autonomia administrativa e financeira da corporação como disse, também, que o diretor-geral deve ser escolhido por eleição direta entre os delegados. Só tem um probleminha: a candidata é praticamente traço nas pesquisas.

Às ruas! Os petistas do Distrito Federal tomaram espaços públicos da cidade ontem. O partido apostará no empenho dos militantes para tentar mostrar força no “Quadrado”, onde Jair Bolsonaro lidera.

Dois semanas de tensão/ Quem faz pesquisa qualitativa tem observado um movimento muito maior no eleitorado do que aquele captado pelas pesquisas quantitativas. Nada está tão consolidado quanto tem aparecido, inclusive o segundo turno.

Por falar em pesquisas.../ Com tantos institutos, leia-se empresas, pesquisando o que pensa o brasileiro, os números estão para lá de discrepantes no quesito diferença de voto entre Lula e Bolsonaro. Algumas campanhas fizeram uma avaliação e apontaram que a diferença entre os dois que lideram as pesquisas varia de 15 pontos percentuais, no caso do Ipec, a 3,1 pontos, número da Paraná Pesquisas.



Cinco ministros do Supremo se posicionam a favor da decisão liminar de Fachin que suspendeu a flexibilização do acesso da população a armamento. Julgamento no plenário virtual da Corte prossegue até terça-feira

Votos contra farra de armas

O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem cinco votos para confirmar a decisão individual do ministro Edson Fachin que suspendeu trechos de decretos editados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para flexibilizar o acesso da população civil a armas e munições.

O julgamento está em curso no plenário virtual. A plataforma permite que cada ministro registre seu voto no sistema on-line sem necessidade de reunião do colegiado. A votação segue até a próxima terça-feira.

Até o momento, Fachin foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski.

A decisão é provisória para impedir o armamento da população no período eleitoral. O STF deve revisitar o tema depois do pleito para avaliar se a restrição será permanente.

Fachin é relator de ações movidas pelo PSB e pelo PT para derrubar os decretos. O ministro decidiu suspender os efeitos do ato administrativo por ver risco de aumento da violência política com o início da campanha.

A decisão estabeleceu que a posse de armas de fogo só pode ser autorizada para quem demonstrar necessidade concreta, por razões profissionais ou pessoais, e que a compra de armas de uso restrito depende do “interesse da própria segurança pública ou da defesa nacional”.

Em um voto de uma linha, ontem, o ministro se limitou a defender a confirmação de sua decisão monocrática. “Propo-nho o referendo da medida cautelar”, escreveu.

Entenda a ação

Os partidos de oposição afirmam que os decretos de Bolsonaro são inconstitucionais e representam “retrocesso” em direitos fundamentais, na medida em que facilitam, de forma “desmedida”, o acesso a armas e munições pelos cidadãos comuns.

As legendas argumentam, ainda, que, embora pretendam disciplinar o Estatuto do Desarmamento, os decretos ferem suas diretrizes e violam o princípio da separação dos Poderes e o regime democrático, uma vez que o Planalto teria assumido a função do Legislativo ao decidir sobre política pública envolvendo porte e posse de armas de fogo.

Em manifestação enviada ao Supremo, o Planalto explicou que as mudanças foram pensadas para “desburocratizar” procedimentos. O governo ainda sustentou que, ao sair vencedor das últimas eleições, Bolsonaro ganhou “legitimidade popular” para “concretizar, nos limites da lei, promessas eleitorais”.

O Planalto disse, também, que a “insuficiência do aparelho estatal para blindar o cidadão, por 24 horas, em todo o território nacional”, justifica mecanismos de legítima defesa.

Os processos já haviam sido colocados em julgamento no plenário virtual do STF em março do ano passado. A votação foi suspensa em três ocasiões diferentes por pedidos de vista (mais tempo para análise) — o mais recente, feito pelo ministro Kassio Nunes Marques. Sem previsão para a retomada do julgamento, Fachin apontou “perigo na demora” e decidiu despachar monocraticamente, submetendo, na sequência, a decisão liminar aos colegas.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



A decisão de Fachin tem o objetivo de impedir o armamento da população no período eleitoral

“Luta” para partidos respeitarem cota

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou, ontem, partidos políticos que usam candidaturas laranjas para driblar a cota de gênero.

Em uma tentativa de ampliar a participação feminina, a legislação definiu a reserva de um mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada gênero.

“Agora me vejo uma juíza brasileira, 200 anos depois (da Independência), lutando para que os partidos políticos não fraudem os registros de atos partidários e garantam a cota que é de gênero, mas que nós sabemos que

é para as mulheres”, desabafou a ministra, em um evento organizado pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro.

A magistrada também falou sobre o machismo como uma das causas de violência contra a mulher. “Nós achamos que, quando conseguimos que os direitos fundamentais fossem restabelecidos na década de 1980, todo mundo acreditava mesmo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição e isso será respeitado. Está aí o número

» Canal do TSE tem 300 mil inscritos

O canal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na plataforma Telegram superou a marca de 300 mil inscritos. O perfil na rede social alcança o número com menos de quatro meses de atividade. O canal tem como principal objetivo levar ao eleitorado informações e dados sobre o processo eleitoral de forma simples e didática. O espaço na rede social, criado após a celebração do acordo de colaboração entre o TSE e representantes do Telegram, busca, também, combater notícias falsas disseminadas contra o processo eleitoral. **(Informações do portal do TSE)**

de 10 anos escrevendo cartas para a coroa portuguesa e lutando para que tivesse liberdade e para que as mulheres tivessem o direito a estudar e a se educar”, afirmou. “Algumas coisas transformaram-se em 20 anos e outras não mudaram em 200.”

A ministra fez uma apresentação sobre a relação entre a Constituição Federal e o Código Civil, que completa duas décadas em 2022. Ela defendeu que a igualdade de gênero é um dos temas que ainda precisam ser “transformados na interpretação das normas brasileiras”.